

Lenin e Clausewitz: uma leitura sobre a revolução e a guerra

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos¹

“*Revolution is war. Of all the wars known in history, it is the only lawful, rightful, just and great truly war[...]. In Russia, this war has been declared and begun (Lenin, 1905)*”².

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar uma leitura da obra *Da Guerra* do general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) e sua relação com um ponto específico do pensamento de Lenin no que refere a suas formulações teóricas e políticas. Pretende-se demonstrar que o interesse do líder bolchevique pelas formulações do referido general vão além da famosa assertiva de que a guerra é a continuação da política por outros meios e que tal formulação tem consequências de maior amplitude, que tangenciam não somente a guerra, mas também outras ações políticas fortes, em particular, as revoluções, além de uma perspectiva dialética presente no entendimento do conflito político. A tese central a ser desenvolvida refere ao entendimento de que o parentesco intelectual entre Lenin e Clausewitz aponta para a validade de vários aspectos da guerra para a política e principalmente para as revoluções.

Em um primeiro momento, faremos uma leitura de Clausewitz sobre a relação entre a guerra e política, mostrando como a lógica da primeira é a mesma da última. Posteriormente, exporemos como isso se apresenta em diferentes momentos e formulações de Lenin no que refere a uma revolução, focando principalmente o texto *Jornadas Revolucionárias*³, que trata justamente da Revolução de 1905. Por fim, apresentaremos considerações finais apontando possíveis desdobramentos das leituras aqui apresentadas.

Clausewitz: a lógica da guerra pertence à política

As formulações do influente general prussiano Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz (1780-1831) chamam a atenção por sua definição sistemática, densa e complexa do fenômeno guerreiro e seu contingenciamento político, social e histórico. No seu dizer, o entendimento de cada guerra passaria pela compreensão de uma conjuntura específica, diferente de outras guerras: a “[...] guerra é um verdadeiro camaleão que sutilmente adapta suas características para o caso dado” (CLAUSEWITZ, 1984: 89, tradução nossa).

O fato de Marx ter recomendado a Engels que lesse *Da Guerra*, além das citações em suas correspondências em que ambos dão crédito às teses do general prussiano, são ilustrativas da importância do autor em pauta.

¹ Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor de Ciência Política, Teoria Geral do Estado e Teoria das Relações Internacionais da FACAMP – Faculdades de Campinas.

² “A revolução é guerra. De todas as guerras conhecidas na história, a única legal, legítima, justa e verdadeiramente grande guerra... Na Rússia, essa guerra foi declarada e começou”. Esse trecho também se constitui em epígrafe de uma versão censurada por Stalin do filme de Sergei Eisenstei, *O Couraçado Potemkin*, substituindo uma citação de Trotski inserida originalmente pelo cineasta. Encontramos o trecho citado em Lenin, 1962a.

³ A versão em inglês, “*Revolutionary Days*”, conforme consta na bibliografia.

Nosso exame no texto será restrito à lógica comum à política e à guerra. A guerra é entendida como uma ação política que tem um meio peculiar para sua manifestação, que é a violência. Tal definição considera que a política pode ser manifestada por meios pacíficos entre os Estados, por notas diplomáticas e que a guerra seria apenas mais uma maneira desses mesmos Estados se manifestarem, o que implica que a política como um todo não cessa quando os contatos diplomáticos são suspensos. A política pode ter sua própria gramática, mas sua lógica pertence à política (CLAUSEWITZ, 1984: 605). Assim, todas as guerras possuem objetivos políticos.

A guerra é uma ação política forte, que envolve paixão, na qual os homens se lançam de todo o coração, com coragem (JOUVENEL, 1963: 63-4). Nesse caso, os sujeitos da ação têm uma ligação de caráter patético, que causa comoção emocional ou tem uma influência tocante, pois deseja-se transformar o mundo, e no caso específico da guerra, atingir o fim (impor a vontade de uma organização, que no caso é um exército, ao adversário, um outro exército). A guerra se diferencia das ações políticas fracas, como normalmente o é o voto, atitude em que o sujeito da ação empresta pouca importância emocional, ao cumprir um ritual do qual não cogita abdicar e com o qual possui uma ligação simpática, afim. No entanto, não há de modo algum uma ligação patética. Mesmo que lhe seja facultado votar e o faça, trata-se ainda de uma ação política fraca, pois ela tem um alcance pequeno, menor no sentido de transformar o mundo e a realidade à sua volta. Todavia, o caráter patético pode estar presente no voto, se ele estiver associado a uma escolha que envolva uma transformação, um forte apego a valores ou idéias de ruptura, de mudança da realidade.

A política manifestada por meios violentos tem na guerra uma de suas manifestações. A gramática da guerra diz respeito a todos os elementos relacionados à violência, elemento não necessariamente presente em todas as ações políticas. Para que se entenda as conseqüências de tal formulação para a definição da política, deve-se entender os dois tipos de guerra delineados por Clausewitz: a guerra real e a guerra absoluta.

Clausewitz define como guerra absoluta, uma “fantasia lógica” (CLAUSEWITZ, 1984: 78), um puro conceito de violência, um extremo caracterizado por um choque de forças operando livremente obedecendo a nenhuma lei a não ser suas próprias. Conforme a avaliação de Clausewitz, as guerras napoleônicas tenderam a se aproximar da forma absoluta na medida em que foram conduzidas com forte intensidade. Ou seja, sob o comando de Bonaparte, a França, em suas vitórias, lutou sem trégua, até os inimigos sucumbirem (CLAUSEWITZ, 1984: 580). Estando no campo dos extremos, a guerra absoluta pertence ao mundo abstrato, diferente do mundo real, e é, portanto, muito difícil de ser concretizada. Um exemplo da manifestação da guerra absoluta na realidade contemporânea seria o uso de armas atômicas ou nucleares. Tal episódio consistiria em uma manifestação extrema da violência, sem que a política apareça como elemento moderador de sua intensidade. Isso não significa que a política saia de cena na guerra absoluta.

De modo diverso, a guerra na sua forma real nunca ocorre como um ato isolado, repentino e desconexo de eventos prévios no mundo político, ou mesmo consistindo de um único decisivo ato ou um conjunto de atos, além de uma decisão perfeita e completa em si própria, sem influência de evento anterior que a situação política proporcionaria (CLAUSEWITZ, 1984: 78). Ela contempla toda sorte de obstáculos colocados pela realidade durante o desenrolar das hostilidades (situações múltiplas, inúmeros incidentes menores que não poderiam ser previstos em um planejamento teórico da guerra ou na presunção da pura disciplina dos soldados que cumprissem e executassem um plano de

guerra), além de toda a complexidade, acaso e probabilidades que envolve cada guerra entendida em sua particularidade histórica, social e política. Na guerra real em geral, a tensão referente aos elementos em luta, durante o tempo em que as hostilidades se desenrolam, tem a sua energia descarregada em choques menores, descontínuos. Ou seja, não se aproxima da feição de um choque único que envolve toda a energia dos elementos em luta, própria da guerra absoluta (CLAUSEWITZ, 1984: 579) e a tendência ao extremo, por conta de sucessivos atos existentes no contexto real, é moderada (CLAUSEWITZ, 1984: 79). No entendimento de Clausewitz, todo plano de guerra está em um certo sentido situado entre os dois conceitos de guerra em questão (CLAUSEWITZ, 1984: 580-1).

Não há explicitamente a menção de uma política absoluta no texto de Clausewitz. É possível afirmar que a guerra absoluta poderá ser um parâmetro geral a ser considerado em um plano de guerra, quando for pertinente ao caso específico em consideração (CLAUSEWITZ, 1984: 581). Sendo procedente a consideração da forma absoluta em dado momento em conformidade com o esforço demandado pelo adversário e pelo objetivo político em vista, tal extremo pode ser contemplado na avaliação da guerra que se pretende conduzir. Quanto maior o esforço demandado pelo oponente, quanto mais grandiosa e inspiradora for a política motivadora de sua manifestação, mais a violência da guerra se aproximará do extremo (CLAUSEWITZ, 1984: 87-8).

Partindo dessa linha de raciocínio, a interpretação de Pierre Naville sobre Clausewitz dá conta de uma política real e uma política absoluta. Entretanto, o comentador mencionado não fornece uma definição mais precisa do que seria uma política absoluta e uma política real. Ele sustenta que a política absoluta, que seria a própria essência das relações políticas é uma abstração que nunca foi concretizada, senão no momento revolucionário, aquele mais intenso e mais fugaz da vida social. A política absoluta pode ser também a guerra. Por outras palavras, a política, em sua forma mais elevada, quando não alcançar sua forma abstrata, extremada, pode ser a revolução ou a guerra (NAVILLE, 1955: 28).

.Sustentamos que a guerra possui a mesma lógica da política e, portanto, tal interpretação faz sentido. Ou seja, a política acompanharia a guerra, possuindo também uma feição absoluta e uma feição real. Entendemos que tal compreensão não confunde lógica e gramática da guerra porque, a partir da formulação clausewitziana, a natureza própria ou específica da guerra não está no absoluto, no extremo. A natureza mencionada refere à violência, notadamente aquela dos extremos (CLAUSEWITZ, 1984: 76). Então, o que seria a política absoluta?

Concluindo esse raciocínio, a política absoluta pode ser entendida de duas maneiras.

Primeiro, uma essência, uma idéia abstrata das relações políticas, semelhante ao caráter da guerra em seu tipo absoluto, jamais concretizada. Por que? Não se pode entender a guerra tampouco a política como ações dotadas de um resultado que seja considerado final, último. A disputa por poder, característica tanto da guerra quanto da política, enseja uma constante busca e consolidação do poderio dos sujeitos da ação envolvidos em uma determinada luta. Trata-se de um processo em constante movimento, sem um desfecho. Portanto, a política absoluta pode ser definida como aquela ação política em que a luta pelo poder alcançou um patamar último, definitivo, um resultado final, de tal modo que desarmou o inimigo e também aniquilou inapelavelmente as suas forças. Em outras palavras, um dos lados em luta impôs sua vontade ao inimigo sem qualquer possibilidade de tal quadro ser revertido. É uma definição puramente abstrata, sem conexão com a realidade.

A segunda maneira diz respeito àquela lógica subjacente às ações políticas fortes, configurada da mesma maneira que a guerra. O ápice de uma ação política, a política absoluta, seria uma revolução. Em tal momento, o distanciamento, a hostilidade, os interesses excludentes, as diferentes concepções de mundo envolvendo os lados em luta, atingiriam uma feição bastante intensa. Trata-se de um fato concreto, real, em que a política não assumiu sua forma mais elevada através de uma guerra.

Isso posto, cabe também uma definição da política real. Constitui-se naquela ação política concreta, real, em que há limites e relativização da capacidade do sujeito da ação impor seus desígnios ao oponente para a consecução de seu poder de forma definitiva.

Justificamos tal aproximação entre a política e a guerra valendo-se da formulação do próprio Clausewitz. O general prussiano entende ser mais adequada a comparação da guerra com o comércio – também um conflito de interesses e atividades humanas - e ainda mais com a política, do que com a arte. A guerra só difere dos outros conflitos sociais pelo derramamento de sangue e tem na política a matriz na qual ela se desenvolve de modo embrionário, rudimentar (CLAUSEWITZ, 1984: 149).

Contudo, pode-se objetar ainda: como pode existir dentro da própria formulação clausewitziana tal aproximação entre os diferentes tipos de guerra e classificação semelhante quanto à política? Retomando uma tese já tratada, a guerra somente alcançou patamar próximo do absoluto na Revolução Francesa, mais precisamente em 1793. Conforme a análise clausewitziana, todo o referencial anterior se tornou antiquado. A guerra passou a ser manifestada com todo o vigor, toda a sua fúria, com fortes paixões, com uma mobilização de recursos e de toda a sua sociedade. Tudo isso sugeria uma mobilização que não mais reconhecia limites. Não era mais assunto restrito ao governo de um Estado. A França tornou a guerra assunto de todo um povo, composto por trinta milhões de indivíduos, todos considerando a si próprios cidadãos. (CLAUSEWITZ, 1984: 592-3).

Tal caracterização do novo quadro da guerra nos leva inevitavelmente ao sentido aqui proposto de uma ação política forte, isto é, partimos da guerra para explicar a política: a Revolução Francesa, marcada por fortes sentimentos, paixões, por um elemento patético, mobilizador das massas e de recursos das mais diferentes ordens e de alcance transformador do mundo por excelência – tanto pela vasta mobilização social e profundas mudanças no plano interno, com um forte sentido de nacionalismo e patriotismo, quanto pela repercussão das suas idéias e pela busca de seus exércitos de uma transformação do mundo no plano externo -, guarda fortes paralelismos e traços comuns com a guerra, principalmente a absoluta. Considerando todos esses aspectos concretizados de forma inovadora, a lógica política interna da França deu o tom, contribuiu para o modo como a guerra se manifestou no plano externo também. O vigor, as paixões, enfim, o elemento moral (terminologia que Clausewitz usa para referir aos elementos psicológicos), têm forte peso em tal caracterização. Não menos importante é a nova concepção de mundo que permeia todas as transformações desdobradas a partir da Revolução Francesa e todos os aspectos referentes ao elemento moral das massas e, por conseguinte, também dos exércitos. Se nos valermos do já definido conceito de uma política absoluta com aquela concretizada em uma revolução, vigorosa e grandiosa, poderemos entender que ela foi fator marcante para a consecução de uma guerra próxima do tipo absoluto sob a liderança de Bonaparte. Consideremos o esforço absoluto acima mencionado para preservar o Estado francês e todo o entusiasmo e vigor revolucionários. A política alcançou sua forma mais intensa, próxima do absoluto, na jornada revolucionária francesa em diferentes momentos. Antes e depois da ascensão de Bonaparte ao poder, ela se manifestou no seu auge, tanto no

plano interno, no curso do processo revolucionário, como guerra próxima ao tipo absoluto no plano externo. Portanto, todo esse vigor da violência da guerra foi acompanhado *pari passu* pelos outros elementos ligados ao processo revolucionário francês.

Mostremos como todo esse raciocínio está presente, de algum modo, nas formulações de Lenin.

Lenin, leitor de Clausewitz

As primeiras referências de leitura de Clausewitz por Lenin datam de 1915, por ocasião de seu exílio em Genebra, quando fez anotações sobre *Da Guerra*. Entretanto, há fortes evidências de que tenha tomado contato bem anteriormente com tal obra, já no início do século XX (LEFEBVRE, 1975: 273). Algumas delas estão em seus escritos no período próximo a 1905.

Pode-se perguntar: como o pensamento de Lenin está relacionado a tais formulações? Seria Lenin apenas interessado em tais idéias para aplicá-las à estratégia política, fundamentar a sua própria estratégia político-militar ou ainda colher meras lições sobre tática insurrecional, como formulam seus críticos?⁴

Sustentamos que o interesse e o parentesco intelectual de Lenin em relação a Clausewitz vão além dessa perspectiva. Tomamos emprestada a assertiva de Henri Lefebvre:

“Na verdade, porém, o interesse com que Lenine leu Clausewitz vai muito mais longe. Lendo o estratega alemão, Lenine constata esta tese da dialética: não há discontinuidade absoluta nem continuidade absoluta. Há uma unidade entre a paz e a guerra, mas existem diferenças profundas e contradições entre ambas. Não é só nas guerras entre Estados que a política troca a pena pela espada. Esta proposição é também verdadeira na luta de classes. Essa luta, pensada politicamente por Lenine, pensa-se *estrategicamente*. Lenine julga que assim, as ofensivas e os objectivos reais da classe adversa, que são também estratégicos. Além disto, as guerras entre nações, Estados e povos têm também um conteúdo de classe (um dos exemplos desta afirmação é o Estado opressor, um Estado de classe que, tendo de enfrentar dificuldades interiores e uma oposição poderosa, tenta a diversão clássica: a guerra. Foi o caso de Napoleão III em França – ou do czar em 1905 e 1914)” (LEFEBVRE, 1975: 270-1).

Tomando tal compreensão e a explicação anterior sobre política e guerra conforme Clausewitz, podemos entender a epígrafe desse texto. Ela alude – ainda que de modo implícito - justamente à correspondência entre revolução e guerra como formas mais elevadas da política. Lenin citou-a para explicar os acontecimentos de 1905 em São Petersburgo por ocasião da organização de caráter militar de repressão e comando de oficiais do exército imperial. Nas palavras do próprio Lenin, uma verdadeira batalha contra as manifestações revolucionárias que resultaram no Domingo Sangrento. O caráter militar de tal repressão é justamente mais um dos argumentos que corroboram a lógica política que repassa a guerra no argumento de Clausewitz, implicitamente retomado por Lenin. Repita-

⁴ Críticos como Raymond Aron. Vide ARON, 1986: 59.

se o já explicado argumento sobre o general prussiano: a guerra e a revolução são os pontos altos, as formas mais elevadas da política e, por isso, como ocorreu em diversos períodos históricos, coincidem, não somente como luta entre Estados mas também entre suas respectivas classes sociais dominantes e lutas de classes no plano endógeno dessas mesmas unidades políticas. Nesse sentido, explica-se a afirmação de Lenin de que revolução é guerra. No dizer do próprio Lenin, esse entendimento liga-se também às lições proporcionadas pelo então governo ao proletariado, entre elas, o aprendizado da arte da guerra civil, com o início da revolução (LENIN, 1962b). Trata-se de outro argumento que aproxima a guerra da revolução.

Continuando o raciocínio da validade de elementos da guerra para a política, analisa o fato dos trabalhadores estarem em armas ou buscá-las nesse momento porque o governo assim os forçou a fazer. Tal como na guerra conforme Clausewitz, também na política os oponentes ajustam seu esforço àquele utilizado pelo oponente. Ainda nesse tema, Lenin ressalta que as massas da classe trabalhadora e dos pobres do campo agirão “à *la guerre como à la guerre*”, em conformidade com um plano, não mais dos oficiais czaristas, mas com o plano ofensivo do próprio povo (LENIN, 1962b).

Conforme fórmula Clausewitz, um oponente “tenta através da força física compelir o outro a fazer sua vontade; seu objetivo *imediate* é derrubar seu oponente de modo a torná-lo incapaz de uma resistência posterior”. Assim, a “[...] *guerra é assim um ato de violência destinado a compelir nosso inimigo a fazer a nossa vontade* (CLAUSEWITZ, 1984: 75, grifos no original, tradução nossa). Da mesma maneira, o líder bolchevique vê a luta de classes como conflito em que ambas as partes levam a ofensiva até o fim, buscando a consecução da destruição, no sentido político, isto é, como força organizada. Em uma revolução, com o ápice dos esforços das forças revolucionárias, com a entrega sem limites – e, acrescento eu, com o forte sentido de entrega a uma causa, com fortes paixões que caracterizam o sentido patético de uma ação política forte -, além do envolvimento de massas colossais, o proletariado e seus aliados vencerão (*apud* LEFEBVRE, 1975: 271).

No contexto da repressão de caráter militar e da natureza autocrática do regime czarista, a questão da revolução se coloca ainda mais próxima da perspectiva militar. Conforme ilustra o arguto comentário de Henri Lefebvre para explicar o raciocínio leninista, a

“[...] a questão central da revolução política é questão do poder – que se põe em termos militares. Trata-se de uma guerra. E se o proletariado e os revolucionários se esquecem desse facto, o poder existente – com a polícia e o exército de que dispõe – encarrega-se de lhes refrescar a memória. Trata-se duma guerra, duma insurreição, de que a guerra civil e as complicações que lhe seguem (à escala internacional, nomeadamente) são os episódios agudos e os mais sangrentos” (LEFEBVRE, 1975: 268).

Ainda no que tange a um processo revolucionário, ele tem seus altos e baixos, com suas diferentes intensidades de violência. Tal como na definição clausewitziana de guerra real, em que as diferentes batalhas mostram sucessivos e diferentes atos com distintas manifestações da violência, nas quais o resultado nunca é final. Sempre enseja a continuidade da luta, do conflito. Lenin imputa o mesmo à revolução: “E nem poderíamos [...] imaginar a revolução sob a forma dum acto único: a revolução será uma sucessão

rápida de explosões mais ou menos violentas, alternando com frases de acalmia mais ou menos profundas” (*apud* LEFEBVRE, 1975: 270).

Considerações finais

Podemos ligar o pensamento de Lenin ao de Clausewitz de modo a desenvolver em outra oportunidade outros aspectos que evidenciam ainda mais a nossa tese: o caráter dialético do pensamento de Clausewitz, com pares como defesa e ataque, tática e estratégia, meios e fins, real e absoluto, além de outros aspectos em que Lenin se vale de formulações afins à discussão aqui proposta, o partido e os aspectos de sua organização de caráter militar, sua tática e estratégia, a flexibilidade da organização do partido tal como um exército, dentre outros temas. Tudo isso enseja grande parentesco entre os dois autores aqui tratados em perspectiva muito mais ampla. Ilustra esse sentido um bela passagem Clausewitz que até lembra formulações de Marx, com a qual termino esse texto: “[...] embora por muitos séculos elas possam existir e funcionar, até mesmo as mais sublimes criações da sociedade carregam em si mesmas o elemento de sua própria destruição” (*apud* PARET, 1985: 3, tradução nossa).

Referências Bibliográficas

- ARON, Raymond: *Pensar a Guerra, Clausewitz: a era planetária*, tradução de Elisabeth Maria Speller Trajano, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- CLAUSEWITZ, Carl von: *On War*, Princeton: Princeton University Press, 1984.
- FERREIRA, Oliveiros: “Clausewitz e a política”, In: *Lua Nova*, n.o 34, 1994, pp. 27-35.
- JOUVENEL, Bertrand de: *De la politique pure*, Paris: Calmann-Lévy, 1963.
- LEFEBVRE, Henri: *O Pensamento de Lenine*, 2.a ed., Lisboa: Moraes, 1975.
- LENIN, Vladimir I.: “Revolutionary Days”, In: *Lenin Collected Works*, Moscou: Foreign Publishing House, 1962a, volume 8, pp. 101-123. Disponível em <<http://www.marx.org/archive/lenin/works/1905/rd/index.htm#3>>, acesso em 30 abr 2007.
- _____: “The Plan of the St. Petersburg Battle”, In: *Lenin Collected Works*, Moscou: Foreign Publishing House, 1962b, volume 8, pp. 101-123. Disponível em <<http://www.marx.org/archive/lenin/works/1905/rd/3.htm#v08fl62-107>>, acesso em 30 abr 2007.
- NAVILLE, Pierre: “Carl von Clausewitz et la théorie de la guerre” In: CLAUSEWITZ, Carl von: *De La Guerre*, Paris: Les Editions de Minuit, 1955, pp. 19-37.
- PARET, Peter: *Clausewitz and the State – the man, his theories, and his times*, Princeton: Princeton University Press, 1985.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos: *Clausewitz e a política – uma leitura de “Da Guerra”*, São Paulo 2005, Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.